

# Informe do 4º Encontro Estadual de Trabalhadoras/es Temporárias/os do IBGE em SC



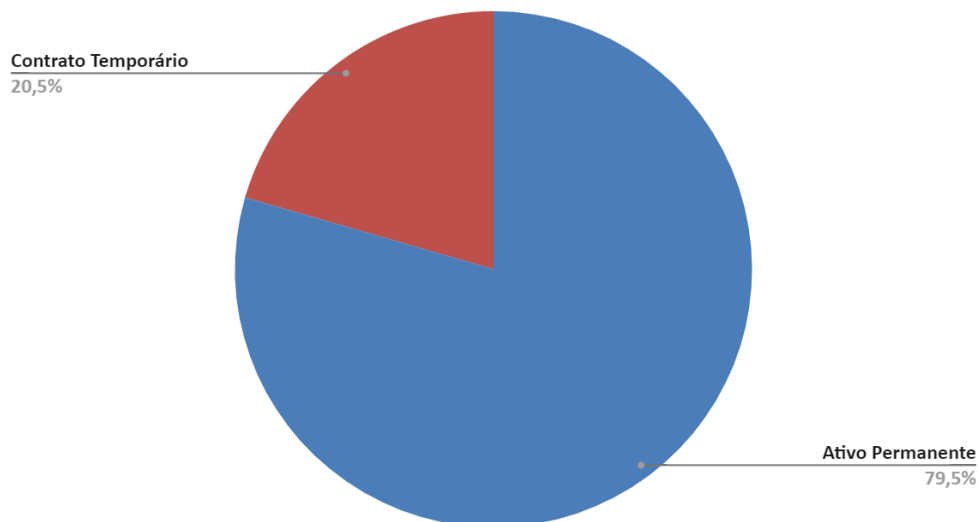
Realizado no dia 08 de Junho de 2024, o encontro reuniu trabalhadores e trabalhadoras temporárias/os de todo o estado de Santa Catarina que debateram e deliberaram linhas de atuação para organizar a luta da categoria.

Na etapa da manhã ocorreu a abertura, com a apresentação do Núcleo Sindical feita pelo companheiro Ricardo Mattei, e uma saudação por parte de Elvis Vitoriano da Silva, da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN, e Elenira Vilela, coordenadora nacional licenciada do SINASEFE (sindicato dos trabalhadores dos Institutos Federais de educação), e uma das negociadoras sindicais da mesa permanente com o Governo Federal.

Em seguida tivemos a exposição da Dra. Juliana Matias Faust, militante da Unidade Classista e professora da Faculdade Municipal da Palhoça, que apresentou um quadro sobre a flexibilização e precarização do trabalho no setor público, mostrando o avanço de diversas formas de contratação (hibridização) como estratégia para retirada de direitos, rebaixamento de salários e divisão das categorias, dificultando a organização de trabalhadores/as no serviço público. Essa

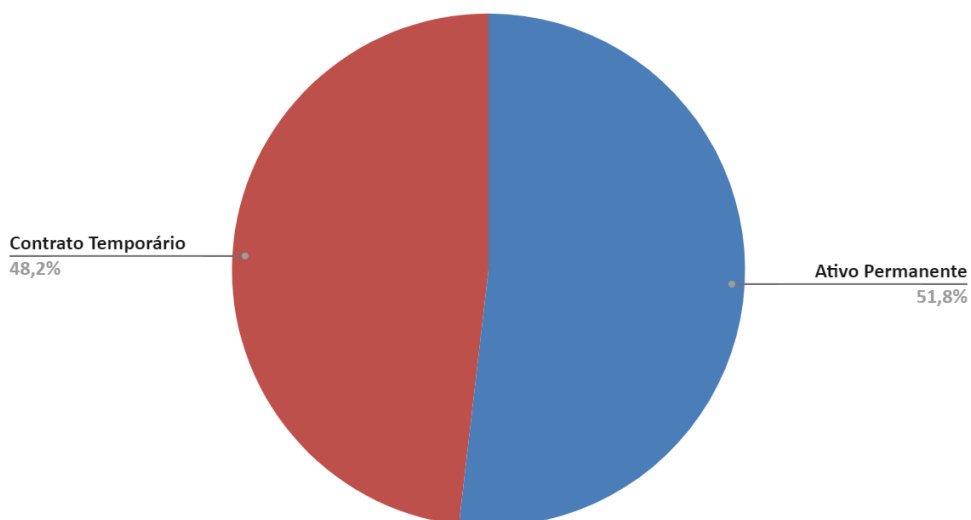
estratégia se mostra em processo bastante avançado e, dentre outras questões, destacamos a ampliação do quadro de temporárias/os no IBGE, como nos mostram os gráficos a seguir.

**Percentual de trabalhadores por tipo de contrato (2006)**



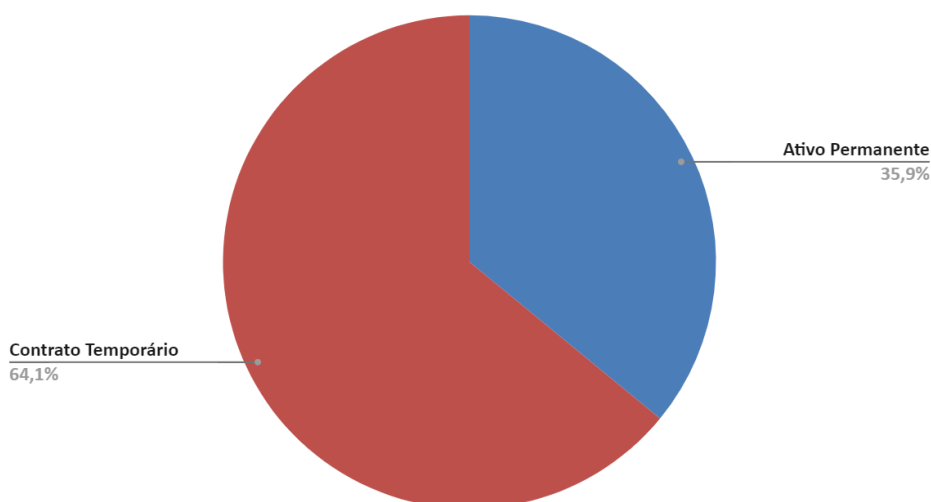
Ativo Permanente	7585
Contrato Temporário	1958

**Percentual de trabalhadores por tipo de contrato (2015)**



Ativo Permanente	5745
Contrato Temporário	5338

## Percentual de trabalhadores por tipo de contrato (2024)



Ativo Permanente (Total)	3778
Contrato Temporario (Total)	6734

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal. Elaboração: Juliana Matias Faust.

Já na parte da tarde, o Encontro contou com exposição de Elvis Vitoriano da Silva, Diretor da Executiva Nacional e do Núcleo Sergipe do nosso sindicato, que trouxe informações sobre comunicação e filiação da nossa categoria e facilitou o debate sobre desafios da conjuntura e da mobilização no IBGE.

Dado que chamou atenção durante este debate diz respeito ao processo de desvalorização do salário de APMs em relação ao salário mínimo nacional, conforme nos mostra a tabela a seguir:

### RELAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO x SALÁRIO APM

Ano	S.M.	Sal. APM	Relação
2010	R\$ 510,00	R\$ 700,00	1,37
2011	R\$ 545,00	R\$ 850,00	1,56
2012	R\$ 622,00	R\$ 850,00	1,37
2013	R\$ 678,00	R\$ 850,00	1,25
2014	R\$ 724,00	R\$ 1.020,00	1,41
2015	R\$ 788,00	R\$ 1.250,00	1,59
2016	R\$ 880,00	R\$ 1.250,00	1,42
2017	R\$ 937,00	R\$ 1.387,50	1,48
2018	R\$ 954,00	R\$ 1.387,50	1,45
2019	R\$ 998,00	R\$ 1.387,50	1,39
2020	R\$ 1.045,00	R\$ 1.387,50	1,33
2021	R\$ 1.100,00	R\$ 1.387,50	1,26
2022	R\$ 1.212,00	R\$ 1.387,50	1,14
2023	R\$ 1.320,00	R\$ 1.512,38	1,15
2024	R\$ 1.412,00	R\$ 1.512,38	1,07
2025*	R\$ 1.502,00	R\$ 1.512,38	1,01

*\*projeção*

OBS: Mês de referência: dezembro

Elaboração: Daniel Pfeifer Pitthan.

Além do debate sobre os desafios e perspectivas para a luta dos temporários, também se dialogou sobre a situação do IBGE e seus trabalhadores e trabalhadoras, a ausência de propostas justas por parte do governo na mesa de negociações, a o indicativo de construção de Greve a partir de 1º Julho. No debate foi muito enfatizada a necessidade de garantir o direito dos temporários a fazer greve com a demanda pelo fim da avaliação mensal/trimestral de desempenho em casos de afastamento, mesmo que motivados por greve.

Por fim, também contamos com a presença de Rafael Mendes, assessor jurídico do Núcleo de Santa Catarina, que expôs alguns aspectos da Lei 8.745 e também tirou dúvidas dos presentes.

Após esta última mesa foi realizada a plenária final do encontro, em que os pontos presentes nas discussões ao longo do dia foram sistematizados, e se construíram de forma democrática e participativa as resoluções finais do IV Encontro de Trabalhadores Temporários de Santa Catarina, as quais passam a constituir a pauta a ser defendida pelo Núcleo para o segmento dos temporários/as, e que será apresentada à Direção do IBGE e à Executiva Nacional da ASSIBGE-SN.